

APRESENTAÇÃO

A Escola Judiciária Eleitoral da Bahia tem a satisfação de apresentar o 18º número da Revista Populus, cumprindo mais uma vez o seu propósito de difusão do conhecimento jurídico e da promoção de estudos e reflexões qualificadas sobre democracia, direito eleitoral e temas afins.

Neste número, a Revista Populus traz ao público leitor importantes trabalhos relacionados aos temas do abuso de poder político, às influências e impactos das novas tecnologias digitais na democracia, ao debate sobre cotas de gênero nas eleições, à possibilidade de candidaturas avulsas, à crise democrática e à desinformação como ferramenta política.

Dentre os artigos submetidos, quatro são fruto de debates ocorridos no âmbito do grupo de pesquisa “Direito Eleitoral e Democracia” da Escola Judiciária Eleitoral da Bahia, no ano de 2024.

Neste sentido, Anderson Carlucho, advogado, gestor governamental do Poder Executivo do Estado de Sergipe e mestrando em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), escreve sobre tema instigante e ainda pouco explorado na seara eleitoral, concernente às emendas parlamentares e suas relações com o abuso do poder nas eleições.

Gabriela Pontes, por outro lado, servidora deste Tribunal e mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), discorre sobre as candidaturas fictícias e a subrepresentação feminina na política, tema polêmico e de grande atualidade.

Já Vinicius Salum, advogado e membro da ABRADep, dedicou-se ao estudo sobre representatividade política e candidaturas avulsas, tema em vias de discussão no Supremo Tribunal Federal.

Victor Pinto, advogado e jornalista, traz importantes reflexões sobre a crise da democracia, a partir de uma análise crítica da obra “Como as Democracias Morrem”.

Discute, em texto crítico e reflexivo, os impactos das novas tecnologias e a questão da regulamentação das big techs, aventando uma suposta morte da democracia na era digital, Cintia Lisboa Lopes, advogada graduada em direito pela PUC-SP.

Por fim, Ana Thais Kerner Drummond, mestra em políticas sociais e cidadania, Vanessa Régis, doutoranda e mestra em políticas sociais e cidadania, e Weverton Jonas da Silva, graduando em direito, trazem importantes contribuições acadêmicas em artigo sobre pós-verdade e desinformação.

Na sessão memória, a Revista Populus relembra os 80 anos da publicação da Lei Agamenon, que restabeleceu o funcionamento da Justiça Eleitoral brasileira após a ditadura do Estado Novo, em 1945.

Convidamos, por fim, a comunidade jurídica e acadêmica a desfrutarem de mais um conjunto de importantes artigos que muito podem contribuir para o desenvolvimento dos pensamentos jurídico e político do nosso país.

Des. Abelardo Paulo da Matta Neto
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Des. Moacyr Pitta Lima Filho
Diretor da Escola Judiciária Eleitoral da Bahia